# Outros negros \*

*Ademir Barros dos Santos\*\**

A busca deste estudo é apresentar, em contraponto à voz oficial, outras posturas das negritudes transpostas compulsoriamente para o Novo Mundo, visto que os meios oficiais, ainda hoje, enfatizam a dominação pacífica do europeu sobre o africano que, no extremo, ainda é visto, mesmo, como conivente com o processo.

Contra tanto, é necessária constante vigilância sobre o processo de apagamento da ação dos movimentos culturais e sociais que os próprios negros produziram, instrumentalizando a cultura nacional, bem como produzindo a própria libertação. Este o ponto e objetivo do que aqui vai exposto.

Para início, o maior movimento migratório registrado pela história da humanidade envolve, pelo menos, dez milhões de emigrantes involuntários, deportados, com extrema violência, do continente africano para as Américas, onde se viram condenados, sem qualquer crime, a sevícias e trabalhos compulsórios.

Contudo, não são as Américas seu primeiro destino, mas, sim, Portugal: em Lisboa, apenas um século após iniciado o processo de escravização, os africanos já compunham mais de um terço da população local!

No tempo, o processo tem início em meados do séc. XV; no século seguinte, incrementa-se com a descoberta das Américas, estendendo-se até o final do séc. XIX.

No espaço, atinge todas as populações do litoral atlântico do continente negro, onde se encontravam três culturas principais: Alta Guiné, Baixa Guiné e África Central; é neste espaço que, estimadamente, quinze milhões de africanos são vitimados pelo processo de transferência compulsória, dos quais algo em torno de dez milhões desembarcam e sobrevivem nas Américas; quanto ao outro um terço, simplesmente não resiste à violência do processo; quarenta por cento de todo o contingente chegado vivo, foi alocado ao Brasil!

Mas, despersonalizados e descivilizados, expurgados de suas sociedades e culturas de origem, animalizados, desconhecedores dos costumes e idiomas que os recebem, destinados apenas ao trabalho mais vil, compulsório e sob tortura... sobrevivem e, apesar de todos os pesares, formam suas primeiras associações. Nas senzalas.

## Senzalas: as oficinas de Exu

Segundo define Nei Lopes em sua **Enciclopédia brasileira da diás­pora africana***,* o termo aproximado “sanzala”, em quimbundo, significa “habitação de indivíduos da mesma família”; já para Robert W. Slenes, em **Na senzala uma flor**, p. 148, o termo, atualizado, traz a conotação de “residência de serviçais em propriedade agrícola”; ou, ainda, “povoado”.

É possível que, na diáspora, o significado apontado por Nei tenha se generalizado mais e, a partir de então, tenha adquirido o signifcado que Slenes adota.

### A vida na senzala

Clovis Moura informa, às pp. 7 e 8 de **História do negro brasileiro**:

Esta história começa com a chegada das primeiras levas de escravos vindos da África. Isto se dá por volta de 1549, quando o primeiro contingente é desembarcado em São Vi­cen­te. D. João III concedeu autorização a fim de que cada co­lono importasse 120 africanos para as suas propri­edades. [...] alguns histo­riadores acham que bem an­tes dessa data já haviam entrado negros no Brasil. Afirmam mesmo que na nau *Bretoa*, para aqui enviada em 1511 por Fernando de Noronha, já se encontravam negros a bordo.

Uma vez no eito brasileiro, o escravizado recebia tratamento de animal de carga e tração, conforme informa Darcy Ribeiro, em **O povo brasileiro,** p, 120:

Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga [...]. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado com ferro em brasa, tendo um tendão cortado, [...] ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha, ou, de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso.

Quanto à vida dos escravizados e ao eito, eis o texto de Louis-François de Tollenare[[1]](#footnote-1), em seu relato de viagem ao Recife, início do séc. XIX:

[...] nada de apatia; tudo é trabalho, atividade; nenhum movimento é inútil, não se perde uma só gota de suor.

[...] Vê-se em primeiro lugar uma extensa construção ao rés do chão, tendo em frente uma galeria sustentada por colunas; é a senzala dos negros, deserta durante as horas de trabalho. Vêem-se apenas errar sob o alpendre uma ou duas negras que acabam de dar à luz; são dispensadas do trabalho por alguns dias; amamentam os filhos concebidos na escravidão, que serão escravos e que o senhor poderá vender amanhã.

[...] O calor é de 27 a 28º, o sol abrasador; vejo expostos aqui ao seu ardor trinta negros e negras curvados para a terra, e excitados a trabalhar por um feitor armado de um chicote que pune o menor repouso; [...]. Tudo é movimento.

O fogo das fornalhas é alimentado dia e noite e mantido durante os cinco meses que dura a safra. Dois negros colocados em frente às bocas alimentam o fogo com lenha verde; outros transportam as formas para a casa de purgar.

[...] é junto à cozinha onde se preparam as rações e à despensa onde são distribuídas. São as negras mais idosas ou de menos confiança que se acham deste lado. Em redor deste quarteirão alimentar tripudiam os moleques e molecas inteiramente nus. De noite vão dormir na senzala com as mães; [...].

A essa época, início do séc. XIX, já havia muitos fugitivos; Tollenare assim descreve a chegada de um recuperado:

Acabam de trazer um negro que havia fugido para o mato há cinco dias. [...] havia furtado algumas raízes verdes de man­dioca e ousara comê-las; [...] estava em um estado de bai­xa humilhação e de apatia que inspirava compaixão. Não so­freu severa correção devido ao seu estado doentio; receio, po­rém, que isto aconteça quando se restabelecer. O cirur­gião que foi chamado me disse que atribui o estado do fugiti­vo a ter comido terra; assegura-me [...] que os negros, [...] sabem muito bem tornar-se doentes por este processo que os faz inchar e frequentemente morrer.

### Motivações para o trabalho

Clovis Moura, à p. 17 da obra já citada, informa que “a jornada de trabalho era de catorze a dezesseis horas, sob a fis­calização do feitor, que não admitia pausa ou distração”.­

Então prossegue e, à mesma página, informa que, em contrapartida a essa jornada e “conforme a falta, havia um tipo de punição e de tortu­ra. Mas a imaginação dos senhores não tinha limites, e mui­tos criavam os seus métodos e instrumentos de tortura pró­prios”.

É certo que o trabalho, por forçado e compulsório, não podia prescindir dos instrumentos de tortura, que Clovis, citando Arthur Ramos em **A aculturação negra no Brasil**, exemplifica, à p. 18 do mesmo estudo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Finalidade** | **Instrumento** |
| Captura e contenção | Correntes, gonilha ou golilha, gargalheira, tronco, vira-mundo, algemas, *machos*, cepo, corrente e peia. |
| Suplício | Máscaras, *anjinhos, bacalhau*, palmatória. |
| Aviltamento | Golilha, libambo, ferro de marcar, placas de ferro com inscrições infamantes. |

Cabe citar: a partir de 1741, o Estado autoriza, por alvará, que se marque, com ferro em brasa, um “F” no escravo fugido; aos reincidentes, podia-se cortar a orelha; não produzindo efeito o castigo, cabia a pena de morte!

É evidente que tudo o que vai descrito acima, leva a pensar que o negro senzalado, conformado com sua sorte de escravo ou com medo do castigo, apenas se colocava como subalterno e, consequentemente, tornava-se apático, não encontrando nenhuma forma de resistir.

Se engana quem pensa assim: afinal, com quantas espinhas negras forçadamente curvadas, viu-se feita e erguida a coluna cultural de nosso país?

Espera-se que o texto abaixo sirva, pelo menos, para que algumas das costelas apoiadas naquelas espinhas pretas entortadas, vejam suas fraturas um tanto quanto remendadas, mesmo que apenas toscamente, aqui.

### Associações

É esse ambiente hostil o primeiro lugar em que este fenômeno se manifesta: tendo em vista que ambientes hostis incentivam a formação de associações informais, quer para mútua ajuda, quer como facilitadoras de negociações políticas e de lazer, não é difícil imaginar a necessária união de malungos[[2]](#footnote-2) para a composição de associações informais, nestes locais.

É de se admitir, até por pura lógica, que africanos que partilhavam culturas mais próximas no ambiente de origem, formassem os primeiros grupos de ajuda informal; afinal, o partilhar cultura lhes permitia partilhar estratégias e soluções comuns para problemas também comuns. Daí o que se verá, por exemplo, na formação das irmandades, abordadas mais ao final deste texto.

Como corolário, o ambiente comum da senzala partilhada pode ter estendido as soluções encontradas por um grupo, mesmo que por imitação, para os demais grupos, também covitimados pela mesma desgraça senzalada.

Por decorrência, é destas toscas formações novas que resulta a cultura afro-americana, inexistente na África: pessoas de diversa origem se encontram e trocam, negociam e se autoapoiam compulsoriamente, permutando informações, posições, crenças e idiomas e, consequentemente, reformatando tudo o que sabiam, agora amalgamado em formas mais confortáveis, que se desenvolviam continuamente, no dia a dia.

Assim a oficina de Exu, orixá que desmancha o que está pronto para que coisas novas, nascidas do que foi desmanchado, aconteçam; portanto, da vitória do Deus Cristão, deus da ordem, contra Exu, o deus da desordem, se é que este foi vencido em África, parece terem-se amoldado novas formas americanas, transformando-se em coisa outra, nova mas antiga, mesmo sem perder o que trazia de ancestral.

Coisas novas a partir de coisas velhas: obras de Exu.

## Escravos novos

Para a obtenção de escravos novos, a formação de famílias nas senzalas americanas, exceto no século final do processo escravista, era algo praticamente impossível: importava-se algo em torno de oito homens por mulher, visto que a escravidão tinha, por finalidade primeira, o trabalho braçal, extenso e forçado, para o qual as mulheres, assim como as crianças e os velhos, não formavam, evidentemente, o contingente mais indicado.

Porém, há que se atentar que, dessas senzalas e das poucas mulheres de início para cá trazidas, nasceram outras, permitindo, ao longo do tempo, a produção de crioulos, quer a partir de africanas natas, quer de crioulas já aqui nascidas.

Outro ângulo: a economia, no desenrolar do processo, ao se diversificar e expandir, passou a exigir, cada vez mais, braços escravos; como solução, dois caminhos foram adotados: primeiro, a importação crescente de africanos novos, o que, no Brasil, atinge pico em meados do séc. XVIII; segundo, o desenvolvimento de fazendas de reprodução, que logo se mostraram inviáveis, por tornar o ofício de fabricar escravos em série mais caro que a aquisição no mercado aberto, posto que exigia, durante a transformação do bebê em adolescente, apenas investimentos sem qualquer retorno no processo; que duraria, pelo menos, doze anos...

Quanto à reprodução natural entre escravizados, é Darcy Ribeiro quem, em **O povo brasileiro**, p. 163, opina - talvez com certo exagero - quando fala das mulheres:

A negra-massa, depois de servir aos senhores, provocando às vezes ciúmes em que as senhoras lhes mandavam arrancar todos os dentes, caíam na vida de trabalho braçal dos engenhos e das minas em igualdade com os homens. Só a esta negra, largada e envelhecida, o negro tinha acesso para produzir crioulos.

Porém, Robert W. Slenes, em sua obra já citada, detecta modificações de comportamento ocorridas no final do período escravista; isto, especialmente após a Inglaterra iniciar o combate ao tráfico, o que torna caro o escravo novo.

Ao analisar dados de registro deste povo na região do Médio Tietê, produzidos a partir do início do séc. XIX – batismos, casamentos, inventários e similares – aponta para a existência de famílias consistentemente mantidas; assim, por exemplo, a tabela que estampa à p. 98 deste seu estudo, referindo-se à Campinas de 1872:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Idade de escravas-mães** | **Quantidade** | **Tempo de casamento** |
| 15-24 | 9 | 3 anos e 03 meses |
| 25-34 | 25 | 11 anos e 06 meses |
| 35-44 | 14 | 16 anos e 11 meses |
| **Totais e média** | **48** | **11 anos e 7 meses** |

Por necessário, informe-se que as tabelas que utiliza, segundo o autor, não registram uniões consensuais: limitam-se aos casamentos efetivamente celebrados pela Igreja Católica.

Por final, ainda apresenta ele, à p. 102 seguinte, atestando a permanência e estabilidade das famílias no final do período escravista, o percentual de legitimidade dos filhos de escravas: Campinas, 1872 → 80%!

Parece claro que, pelo menos ao final do séc. XIX, quando o processo escravista estava terminando e o casamento entre escravos passa a ser possível e até incentivado, é contestável a informação corrente, que aponta promiscuidade desmedida entre escravos, nas senzalas...

## Quilombos

Quanto à propalada postura conformista do escravo com sua situação de coisa de uso, animal que fala, depõe a instituição do quilombo.

Quilombo, segundo ensina Kabengele Munanga em **Origem e histórico do quilombo, na África**,é palavra cuja origem aponta para o umbundu, idioma do povo ovimbundu: isso porque a raiz “*–*lombo”, neste idioma da família bantu, refere-se, com certeza, ao ritual da circuncisão.

Ali, a palavra “ocilombo” ainda remete ao sangue desta iniciação que, em outros idiomas de mesma família, tais como cokwe e quimbundu, é designada por termo completamente diferente: mukanda.

Porém, entre o ritual de iniciação e a formação de estruturas de resistência ao processo escravista, há longa história, modificando o significado e alcance do termo.

#### **O ritual de iniciação**

Um dos mais arraigados e difundidos costumes africanos é o ritual de iniciação dos jovens que, somente a partir dele, deixam de ser considerados crianças, iniciando vida adulta; neste ritual, a circuncisão é o momento mais importante para os homens que, antes dela, são tratados como assexuados e, só a partir de então, ficam aptos para o casamento.

Via de regra, o ritual não é aberto ao público: por sagrado, é restrito somente às pessoas qualificadas para tanto; é neste ponto que é necessário voltar a atenção aos jagas – ou imbangala – e seus rituais de iniciação.

#### O povo jaga, ou imbangala

Vindos da margem direita do rio Cuango, os imbangala - cujo nome, segundo Munanga, parece derivar da raiz umbundu “–vangala”, que significa “ser bravo” e/ou “vagar pelo território” - invadiram o Congo, de onde, em 1568, foram rechaçados; porém, portando vínculos culturais com os lunda e os luba, misturaram-se a grupos suku, organizando numerosas chefias; essencialmente guerreiros, quando chegam ao oeste do rio Cuango, vivem em campos fortificados e em permanente pé de guerra.

Um dos seus costumes mais típicos era a incorporação[[3]](#footnote-3), à sua sociedade, de jovens de ambos os sexos, retirados dos povos por eles vencidos e dominados: assim, o tamanho de suas tropas aumentava rapidamente, o que explica, em parte, sua superioridade militar frente a seus inimigos; isto, de tal forma que imprimiram sua marca na história angolana durante meio século!

Para essa mencionada incorporação, realizavam eles rituais voltados a desvincular os jovens de suas linhagens de origem, e a incorporá-los ao próprio grupo, como se ali houvessem nascido; e este ritual era realizado em seus campos sagrados de iniciação, os quilombos.

### Quilombos no Brasil

Munanga e Gomes ensinam, em **O negro no Brasil de hoje**, p. 72:

O processo de aquilombamento existiu onde houve escravidão dos africanos e seus descendentes. Em todas as Américas há grupos semelhantes, porém, com nomes diferentes, de acordo com a região onde viveram: cimarrónes em muitos países de colonização espanhola, palenques em Cuba e Colômbia, cumbes na Venezuela e marroons na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos.

Vê-se claramente que a instituição quilombo, até por sua conotação política, é forte geradora de instituições sociais, que acabam por se disseminar por todo o Novo Mundo.

Palmares, o primeiro grande quilombo brasileiro, aparece entre Alagoas e Pernambuco, provavelmente no final do séc. XVI; dura até 1694; coincidentemente, a rainha Nzinga, no mesmo momento, comanda a resistência imbangala em Angola, enfrentando os portugueses com exércitos treinados e formatados na mesma instituição, que está, quase ao mesmo tempo, tomando forma na África, o que comprova a transferência cultural bantu/Brasil; neste ponto, é sintomático o nome que os quilombolas de Palmares deram à sua sociedade: Ngola Djanga, Pequena Angola.

Evidentemente, há diferenças entre os dois formatos; porém, surpreende, mesmo, a identificação de conteúdos; se, na África, o quilombo era liderado pelo guerreiro entre guerreiros, chefe pouco transigente dentro da rigidez da disciplina militar, não é diferente no Brasil: mesmo quando subdividido em aldeias ou mocambos, estes se reportavam à liderança central, gerida pelo guerreiro dos guerreiros – em Palmares, primeiro Ganga Zumba; depois, Zumbi.

Se, na África, o quilombo era multiétnico, tendo claras finalidades político/militares, assim também no Brasil: todos os fugidos do sistema que para lá se dirigiam, encontravam abrigo nesta instituição, cuja finalidade sociopolítica – escapar, opondo-se à estrutura dominante – torna-se sua própria razão de ser.

Note-se que, ao escravizado, não era possível colaborar ou formar parcerias com o sistema dominante: nunca pode ser meeiro, posseiro, arrendatário - apenas escravo ou, aquilombando-se, homem livre; talvez este entre os principais motivos que levam o quilombo a persistir durante todo o processo escravista: no Brasil, talvez iniciado com Palmares já no século XVI, resiste até durante a abolição, e deixa remanescentes, atualmente com proteção constitucional.

Portanto, parece possível deduzir-se que a instituição quilombo configura o módulo mais representativo de resistência à escravidão, quer por seu alcance territorial, quer por sua longevidade; para além, importa o sentimento político que despertou: isto porque a formação de quilombos não foi fenômeno geograficamente localizado, mas acompanhou, clandestino, todo o processo escravista, o que leva Clovis Moura a opinar, no estudo já citado, p. 24:

O quilombo foi [...] a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região onde existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica [...]. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse [...]. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais [...]. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituía-se em fato normal da sociedade escravista.

Portanto, o quilombo não pode ser visto de forma estreita: lugar de negros fugidos, resultado de fugas inconsequentes, apenas; ele foi resistência, e atingiu o processo oficial de utilização de mão de obra, de tal forma e com tanta intensidade, que “solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar”, influindo decisivamente, no dizer de Clóvis, “para que esse tipo de trabalho entrasse em crise”.

Ressalte-se: a partir de 1835, em que acontece a Revolta dos Malês, o Brasil passa a assistir à morte lenta da escravidão que, em 25 de março de 1884, vê o Ceará expurgá-la de seu território; meses depois, Amazonas e Rio Grande do Sul o acompanham; no campo político, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, dentre outros, ecoam o que José do Patrocínio e seus pares pregam pelos jornais e pelas esquinas politizadas da capital e das províncias do país.

Nesse ambiente em ebulição, surgem os chamados quilombos abolicionistas, dos quais Leblon, no Rio de Janeiro, e Jabaquara, em São Paulo, são os representantes principais; sobre o tema, eis o que ensina Eduardo Silva, em **As camélias do Leblon**, p. 11:

A crise final da escravidão [...] deu lugar ao aparecimento de um modelo novo de resistência, o [...] quilombo abolicionista. No modelo tradicional de resistência à escravidão, [...] a tendência dominante era a política do esconderijo e do segredo de guerra.

Porém, o quilombo abolicionista deixa de ser lugar de esconderijo mas, fartamente conhecido, passa a desafiar, acintosamente, a ordem constituída; isto, por se apoiar na própria estrutura legal, onde estão seus mentores e mantenedores.

Como exemplo, o Quilombo do Jabaquara: fundado em 1882, é comandado pelo negro Quintino de Lacerda[[4]](#footnote-4), futuro vereador em Santos; estabe­lecido naquela cidade, o quilombo é mantido por colaborações de comerciantes e simpatizantes, e chega a acolher dez mil pessoas, em sua maioria, fugitivos encaminhados por Antonio Bento e seus Caifazes.

Quanto a Antonio Bento[[5]](#footnote-5), é abolicionista de família rica de São Paulo, amigo de Luis Gama desde 1882; advogado que chegou a promotor público e, depois, a Juiz de Direito, adota métodos abolicionistas intransigentes, baseados em fugas perfeitamente organizadas por sua “Ordem dos Caifazes”[[6]](#footnote-6).

Já o Quilombo do Leblon, fundado na mesma década, formou-se nas terras em que, no bairro que, atualmente, lhe dá nome, o português José de Seixas Magalhães, industrial produtor de malas vendidas em todo o país, cultivava camélias que, ao final do processo, se transformaram em verdadeiras insígnias dos abolicionistas – dentre os quais, a Família Real[[7]](#footnote-7)!

Portanto e à vista da efetiva resistência que os negros, por si, apresentaram ao regime escravista durante todo o período em que este regime vigorou, é forçoso aceitar que a permanência cultural de matriz africana é incontestável na realidade no Brasil atual, malgrado toda a impossibilidade de sobrevivência, física inclusive, que o escravismo impôs aos forçadamente expatriados.

Quanto a estes, mesmo condenados ao exílio ultramarino sem qualquer crime ou justificativa legal, pena agravada pela imposição de trabalhos forçados e sevícias no presídio sem grades do continente americano, onde cumpriram indevida pena, e mesmo após perder a condição de humanidade, o que os reduziu a meros animais de carga e tração, encontraram estratégias capazes de manter sua cultura original, mesmo que imperiosamente modificada.

Essa improvável sobrevivência, certamente, deve-se a processos de negociação, dentre os quais se destacam as permanências religiosas, a formação de sociedades leigas, o surgimento de tipos novos e híbridos – os mestiços - e outras formas de resistência e contestação.

Nesse processo, há que se atentar, especialmente, para a ação de indivíduos e posturas associativas que, conscientemente ou não, mantiveram aberto o diálogo com os representantes do sistema instituído.

## A interlocução

Há que se atentar que, nem sempre, o enfrentamento ao sistema revestiu-se com o ódio explícito, o confronto aberto, a guerra surda, a belicidade, materializada por emboscadas e mortes. Aliás, sempre houve a resistência cotidiana, gota a gota, momento a momento, disfarçada, por vezes, em planos bem pensados, posturas enviesadas, aproximações eivadas de segundas intenções, perfídias ardilosamente dissimuladas, o que comprova, mesmo que por linhas tortas, planejamento e constante oposição do negro ao processo escravista.

Eis, abaixo, alguns dos principais atores deste teatro de horrores.

### O escravo urbano

Embora algo em torno de noventa por cento da escravaria africana tenha sido destinada ao pesado trabalho da lavoura ou à extração mineral, parte importante deste segmento obteve melhor destino, permanecendo, já de início, nos incipientes povoados, depois vilas que, por fim, se transformaram em cidades.

Isso porque não se pode negligenciar que a posse de escravos, durante todo o processo, serviu como demonstração de poder, onde o elemento servil era visto como bem de ostentação; talvez este o motivo pelo qual mesmo libertos buscavam possuir, pelo menos, um escravo, o que confirmava sua independência.

Isso posto, é certo que a vida urbana, cuja gênese pode ser encontrada nos vilarejos, onde comerciantes abasteciam as necessidades da Colônia com produtos importados ou locais, não podia prescindir de escravos, necessários ao manuseio da mercadoria comerciada.

Por outro lado, os compradores, normalmente vinculados ao latifúndio, também não podiam abrir mão de quem lhes carregasse a capa, a manta, o pacote, ou os transportasse em liteiras, redes e similares, cuidando de cocheiras e cavalos: serviços braçais, indignos do senhor; portanto, trabalhos de escravo.

É evidente que esses escravos, embora em menor número que os de eito, eram constante e consistentemente mais próximos de seus senhores; portanto, tinham-lhes mais acesso à personalidade e tendências, doçuras e azedumes, conhecendo-lhes, de perto, os gostos, prazeres, segredos, amantes e costumes. Do que podiam valer-se para negociar.

Certamente, é entre esses escravos que se deve procurar, ainda, a melhor adaptação à vida nova em nova terra: por maior convivência com senhores que escravos, maior utilização de costumes europeus que africanos, naturalmente lhes acudia, daí, maior rapidez em apreender não só o idioma, como os vícios e manias europeus, de onde deriva a maior facilidade para negociar.

Não se pode esquecer, mais além, da maior mobilidade, longevidade e trânsito de que dispunham tais escravos, não obrigados ao trabalho de lavoura: por consequência, era-lhes mais fácil o contato com outros escravos de outros senhores, se voltados à mesma atividade - de onde o maior poder de conspiração e associação, quer formal, quer não.

Tanto assim que são escravos de ganho os mentores, em 1835, da Revolta dos Malês.

Portanto, reforce-se: é dessa matriz que saem, naturalmente, os interlocutores primeiros junto ao sistema; escravizados de cultura mais próxima à de seus senhores, podiam desenvolver – embora servilmente – maior poder de argumentação e, consequentemente, adquirir liderança quando das futuras associações formais de recorte étnico, tais como as confrarias.

### A escrava doméstica

Essa produtora forçada de mestiços, diferentemente de sua companheira de senzala, convivia mais proximamente com seus senhores: cozinheiras dormiam nas cozinhas, não nas senzalas; amas, ao pé das senhorinhas; assim sendo, obtinham, mais facilmente, benesses junto àqueles de quem cuidavam e que, necessariamente, lhes conheciam o nome cristão.

Como serviçais caseiras, podiam alimentar-se – mesmo que às escondidas e no recôndito da cozinha – da mesma forma que se alimentavam seus senhores; também podiam atuar, por vezes, como protetoras dos rebentos brancos que, nas cozinhas, refugiavam-se de seus constantemente raivosos pais; ou onde recebiam quitutes ainda não servidos à mesa principal, até porque, a estes, podiam elas adicionar venenos lentos, já conhecidos desde África...

Não se pode esquecer, ainda, da festejada mãe de leite, “mãe preta”, cuja estátua espalha-se pelo Brasil afora: estas mulheres estavam, evidentemente, mais próximas de seus “filhos brancos” que, embora seus futuros senhores, nem sempre negligenciavam o cafuné que lhes oferecia o peito que lhes fornecera o leite que haviam mamado.

Dessa convivência, é natural, advinha maior poder de negociação do que aquele disponível à escrava de senzala, cuja aproximação da casa-grande só seria possível – exceto raríssimas exceções – para castigos e ordens, ou como objeto de estupros premeditados.

Já à doméstica, também se reservava o estupro; e com maior frequência e facilidade, é claro; até porque – e aí vai a unanimidade entre cientistas sociais, tais como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, e diversos viajantes - é a essa negra, quase sempre virgem de negro e seminua, que os senhores e seus filhos recorriam para o prazer: à mulher europeia, casada assim que adolescente, restava a produção de prole que, unida às condições adversas da vida na colônia, a envelhecia já por volta dos vinte anos.

Essa branca, mal atingidas duas décadas, lá era encontrada: em casa, ociosa e, por isto mesmo, gorda, balofa, suja, mal vestida, tetas murchas, corpo torto e deformado; quanto aos banhos, eram raros: o excesso demonstrava despudor; só os tomava se auxiliada por sua mucama, a quem os banhos costumeiros não eram moralmente proibidos; dentes podres, descalcificados pela interminável gravidez, completavam o quadro, encimado, quase sempre, por perucas sujas e mal arrumadas, meros esconderijos aconchegantes para infindáveis piolhos.

Resta que a moral da época, ao vedar às mulheres brancas o prazer do sexo, as transformava, apenas, em objetos frios e imóveis, incapazes de satisfazer a seus maridos.

... e aí vai largo espaço para negociações, do qual negras domésticas, aparentemente, souberam aproveitar-se muito bem; até porque o tempo para tanto poderia não ser longo[[8]](#footnote-8). Chica da Silva que o diga!

Nesse ponto, cabe perguntar: por que as escravas, das quais descendem as negras atuais, buscavam, por vezes, engravidar de seus senhores brancos, pensamento este que tradita para sua mestiça descendência? Seria luxúria nata? Ou, apenas, estratégia de negociação, rápida e passageira?

A resposta, mesmo que especulativamente, não parece tão difícil de ser encontrada: diante das condições adversas da escravidão, o filho do senhor, mesmo que futuro escravo, como queria o costume *partus sequitur ventrem*[[9]](#footnote-9), poderia, eventualmente, carrear, à mãe, as benesses que o pai nobre, disfarçado de padrinho, eventualmente destinasse ao filho espúrio; daí que à mãe de mestiço, a gravidez poderia ser esperança de boa aposentadoria.

### Os mestiços

Da busca da miscigenação que, como visto, pode ter partido tanto dos senhores quanto das escravas, restaram falas, tortas e contemporâneas: há muito tempo há quem olhe, ao recém-nascido filho de preto, a cor das orelhas e das cutículas, para adivinhar se não terá pele mais clara que a de seus pais! Pior ainda: em caso positivo, é recorrente dar graças aos céus!

Sobre o tema, eis o que Gilberto Freyre atribui a Donald Pierson, p. 182 de seu **Brancos e pretos na Bahia**, à p. 60 de seu **Casa grande e senzala**:

A miscigenação é também favorecida pelo prestígio ordinariamente atribuído ao filho “mais branco”. As mães de cor, que, na época de nossa pesquisa[[10]](#footnote-10), tinham filhos “mais brancos” que elas, consideravam-se como especialmente favorecidas e eram da mesma forma consideradas pelos que as rodeavam. Uma preta, mostrando orgulhosamente seu filho claro, disse: “Estou limpando a minha raça”. Ouvia-se também na Bahia, frequentemente, a expressão “melhorando a raça”.

Na sequência, a eventual ascensão social de poucos pretos entra na conversa, e a exceção vira regra, tornando intransponíveis os argumentos do discurso torto, a derrubar qualquer contestação contrária!

Como efeito último, é o próprio mestiço em ascensão social que, por vezes, se contrapõe às reivindicações do povo negro, se mais preto; e utiliza a própria evolução como argumento de combate.

## Grupos de manutenção cultural

Se a cultura de matriz africana chega a nossos dias, deve-se a focos socioculturais de resistência e permanência, que não podem ser negligenciados, até por que necessária sua compreensão para a entendimento da atualidade.

Portanto, não é defeso supor que é ao surgimento de núcleos comerciais que, em seu desenvolvimento, vieram a formar os primeiros povoados, que se transformaram em vilas e, depois, em cidades, que se deve o aparecimento das primeiras associações formais de escravos, além dos primeiros interlocutores intersociais.

Isso porque é nesses centros que se torna possível o encontro de escravos originalmente destinados à vida rural, bem como o aparecimento daqueles tipicamente urbanos. Se não assim, pode-se imaginar que os escravos ficariam confinados nas propriedades rurais em que trabalhavam, o que, infere-se, lhes impediria a formação de associações de maior porte.

Portanto, é nesses centros que escravos de mesma origem podem se encontrar, mesmo quando urbanos ou distribuídos em propriedades rurais diversas; e é desses encontros que surgem tais associações que, no primeiro momento, se formam quase espontaneamente, ao unir escravos por origem e afinidade.

Nesse sentido, há que se enfatizar, para além dos já estudados quilom­bos, outras formas associativas, urbanas e mais pacíficas de resistência cultural; ei-las.

### Religiões de matriz africana

Embora encontrando novos modos neste Novo Mundo, esta religiosidade de tal forma apresentou-se como resistente e resiliente, que permanece ativa e, atualmente, atrai, para si, mais que descendentes de africanos, mesmo sem perder os fundamentos de seu pensamento original.

Assim sendo, ela pode ser vista como guardiã segura da cultura que a origina, sobrevivendo, adaptada, não só ao processo escravista, mas, também, à intolerância oficial, que a enfrentou desde seus primeiros tempos.

Declarada ou não, explícita ou não, é fato que esta religiosidade ultrapassou todas as barreiras que lhe foram impostas, convivendo e sobrevivendo à catequese, que tentou transformá-la e eliminá-la; e o fez não como enfrentamento, mas encontrando formas de apresentar-se amalgamada, quer em complemento à religião oficial imposta, quer fundindo-se em formatos novos: do primeiro exemplo, o candomblé; do segundo, a umbanda; entre estes, farta gama de rituais, formas e nomes que, no entanto, podem ser todos remetidos, integralmente, aos modos africanos de pensar o sagrado; eis aí a gênese das irmandades e confrarias.

### Irmandades e confrarias

É da cultura africana prender o indivíduo à linhagem, por laços de convivência e solidariedade; isto, tanto aos ancestrais e à descendência, quanto aos pares de mesmo grupo e idade.

Portanto, é a filosofia de matriz africana que assim desenha a sociedade:

. Verticalmente, o indivíduo pertence ao elo da cadeia que vem de seus ancestrais, passa por si e prossegue em sua descendência;

. Horizontalmente, pertence ele a determinado grupo etário, cuja ascensão os levará, em conjunto e com o simples passar do tempo, de crianças a anciãos; e, por fim, a ancestrais.

Há, ainda, a solidariedade e companheirismo desenvolvidos pela parceria no mesmo acontecimento significativo que, eventualmente, os une na condição de quase irmãos; como exemplo, a travessia do Atlântico, que passava, a todos, o sentimento de estarem ligados por forças invisíveis, que agiam como laços indestrutíveis, a uni-los no mesmo destino; assim, também e mais constantemente, a senzala; talvez daí o nome “irmandade”.

Para materializar a solidariedade, a evolução das associações informais as formaliza, quase sempre com fundo religioso: oficialmente, conforme queriam a Metrópole e os colonizadores, em confrarias, das quais as irmandades são espécie; clandestinamente, no que veio a ser o candomblé.

Quanto ao tema, Antonia Aparecida Quintão fornece, em **Lá vem o meu parente**, p. 73, a seguinte explicação:

As confrarias são associações religiosas nas quais se reuniam leigos do catolicismo tradicional. [...] O que caracteriza a confraria é a participação leiga no culto católico. Os leigos se responsabilizam e promovem a parte devocional, sem necessidade de estímulos dos clérigos. Com frequência, a promoção do culto e a organização da confraria se devem totalmente à iniciativa leiga.

É ainda Antonia A. Quintão quem informa, na mesma obra e página, sobre as irmandades:

A origem das irmandades religiosas é encontrada no período medieval e surgiu a partir do modelo das corporações de ofício, que atendiam aos interesses profissionais de seus integrantes, mas tinham também, como objetivo, a assistência mútua entre seus membros.

No Brasil, formalizada, a irmandade regia-se por estatuto que, entre outros itens, regulava seus objetivos, os direitos e obrigações de seus filiados, e que, de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, devia obrigatoriamente ser aprovado pelo bispado.

Além das atividades religiosas, tais como procissões e festas para o santo padroeiro, as irmandades também promoviam festas leigas, tais como coroação de reis e rainhas, além de dedicar-se, necessariamente, à ajuda mútua: daí irmandades como Nossa Senhora da Boa Morte, a responsabilizar-se pelo enterro de seus afiliados, e pela quantidade de missas que, em seu estatuto ou mediante pagamento, deveriam ser rezadas pela alma do morto.

Ressalte-se que a admissão às irmandades importava compromissos dos postulantes, quer quanto à vida social, quer quanto à vida religiosa. Como efeito se, por um lado, pertencer à irmandade conferia status, reconhecimento social e respeito frente às autoridades constituídas, a exclusão, execrando, representava, simbólica e socialmente, quase a excomunhão!

Quanto às irmandades de negros, também processaram de nova forma as relações de linhagem: inicialmente buscaram juntar, em seus quadros, oriundos de mesma fonte, quer por etnia de origem africana – assim, irmandades de jêges, de angolanos, etc. – quer pela cor da pele – irmandades de pretos, de pardos[[11]](#footnote-11), ou de pretos livres, pardos livres, etc..

Daí a se tratarem, internamente, como parentes, como se nascidos na mesma família – o que, no fundo, não deixa de ser verdade, se considerada, aqui, a família de escolha, família ideal.

Os brancos eram aceitos nas irmandades de negros, até como possíveis interlocutores com a sociedade dominante; a recíproca não foi verdadeira; porém, era comum que, aos brancos, não se permitisse a assunção a certos cargos, tais como diretoria ou presidência; isto porque, por certo, imaginavam os pretos e pardos que os cargos de comando, se delegados a brancos, poderiam descaracterizar a finalidade associativa.

Por outro lado, era comum a preferência de brancos para o preenchimento de cargos administrativos; isto, por razões óbvias: o maior trânsito junto à sociedade dominante e a maior disseminação da alfabetização, fazia postos como o de tesoureiro e secretário destinados, preferencialmente, a brancos.

Quanto à convivência com o prelado constituído, nem sempre foi tranquila: embora parcialmente independente, por conduzidas por leigos, as irmandades necessitavam pagar os serviços paroquiais; mas, o preço destes não obedecia a qualquer tabela, o que causava conflitos e reclamações pelos valores excessivos.

A recíproca também foi verdadeira: foi comum a queixa de párocos acusando as irmandades de aplicarem seus recursos na manutenção das próprias capelas, mas recusando-se a contribuir para as despesas das igrejas a que se filiavam; ou, ainda, pela realização de festas sem a assistência de párocos, com o que, ao economizar o pagamento de tais serviços, impediam o pároco de obter tais recursos.

Parece evidente o espaço privilegiado que as irmandades adquiriram para o diálogo com o clero, formatando o que se pode chamar de “pseudossincretização”, que consiste na negociação entre as associações de negros e o clero, já que, vivendo sob a proteção da Igreja, para honrar seus “deuses” africanos, aquelas recorriam ao disfarce de festejar os santos católicos correspondentes.

Há que se atentar, primeiro, que é da própria religiosidade africana, submetida aos condicionamentos do escravismo, que nasce a primeira sincretização: considerados os devidos recortes, todos os orixás passam, a partir de então, a ser cultuados por todos os fiéis que, mesmo mantendo sua especificidade de culto, encontram-se sob a direção do mesmo sacerdote que, na diáspora, deve aprender e apreender, via oráculos[[12]](#footnote-12), os cuidados que o zelo com os orixás alheios à sua origem exigem, para atendê-los adequadamente.

Na outra ponta, o pároco: voltado à catequese, justificativa primeira para o próprio processo de exportação de africanos, é ao clérigo, então detentor de poder civil e religioso, que se devem reportar os escravizados para festejar seus orixás; portanto, é necessário e imprescindível, para a estratégia, o encontro de pontos de contato entre as duas religiosidades.

Evoluindo e com isto em mente, talvez passe a ser compreensível porque o mesmo orixá encontra hoje, em diferentes lugares, correspondência com santos católicos diferentes: se, em determinada situação, foi determinado orixá comparado a, digamos, N.S. dos Navegantes, em outras situações a igualdade encontrada remete à Senhora do Rosário, por exemplo.

Assim sendo, e determinado o santo católico que encobrirá o orixá, basta apresentar a festa ao clérigo, que autorizará este ou aquele ritual, esta ou aquela roupa, esta ou aquela cor, na festa de celebração do santo escolhido.

Permissão dada, preservação cultural efetivada.

### O candomblé

Como introdução a esse tópico, é preciso relembrar que, embora o mesmo pensamento teológico parece universalizar-se enquanto África, cada povo, local a local, tem diversa ritualização: afinal, em África, a cada povo corresponde o próprio orixá, a exigir ritual especializado.

Assim sendo e com isto em foco, reforce-se: entenda-se candomblé, na diáspora, como a religiosidade adotada, tanto pelos povos jêge-nagô – que se volta aos orixás – quanto pelos povos bantu – que se volta aos ancestrais.

No entanto escravos, tanto fiéis às crenças tradicionais quanto ao Islã, desembarcaram nas costas brasileiras; dos primeiros, derivam os candomblés de linha nagô e Angola atuais, que podem ser entendidos como repositórios da cultura africana; conforme já visto, amalgamada; mas próxima às suas matrizes originais; quanto ao Islã negro após Malês, pouca coisa resta, atualmente.

### A umbanda[[13]](#footnote-13)

Umbanda não é candomblé. Essa a primeira noção que qualquer estudioso das religiões que admitem matrizes africanas precisa ter em mente, para continuar a pesquisar.

Isto porque, e por incrível que pareça, talvez se mostre preciso retornar às crenças pré-colombianas para historicizá-la: conta-se que a tradição maia, quanto à criação do mundo, admite a existência de um só continente, centrado no que é, hoje, o planalto de Goiás, onde, de barro, teriam sido feitos os homens; daí a cor acobreada, a significar a junção da terra com a água, vivificada pelo sopro divino.

Dessa lenda, resta aos tupi-guaranis, quando do descobrimento, a crença de que seu povo provinha de origem muito antiga, desenvolvendo-se, após o dilúvio universal, em determinada terra mítica, conhecida pelo nome Pindorama[[14]](#footnote-14) - que significa Terra das Palmeiras.

Como crença, acreditavam eles em um único deus, Tupã; mas reconheciam a existência da trindade sagrada, bem como a comunicação com seus antepassados através de ritos mediúnicos, em que estes espíritos interferiam na condução da comunidade.

O processo de catequese jesuítico utilizou-se desta formatação, transpondo valores católicos para os ritos encontrados e transformando lendas tupis em ensinamentos católicos, além de, codificando o idioma local, gestar a “língua geral” – o nheengatu.

Desse encontro cultural, restou a integração social e a primeira produção de mestiços locais – os atuais caboclos – que, já nascidos neste ambiente, admitiram este sincretismo como religião pura, completa; e sua.

Quanto ao encontro cultural, há que se destacar que, para o Brasil e nas demais colônias portuguesas, os “colonos” eram mais aventureiros que colonizadores: oriundos menos da nobreza que da camada inferior da Corte, onde transitavam marranos e cristãos-novos - judeus convertidos à força que, da situação de inferioridade social vivida em sua terra, preferiram a busca da aventura em Novo Mundo promissor, colocando-se ao largo das garras inquisitoriais; portanto, era povo com baixo nível de fé católica; por outras palavras, devotos do catolicismo popular.

Ora, também o catolicismo venera os mortos – seus santificados – assim como os tupis veneravam seus ancestrais; portanto, ambas as práticas encontraram correspondência mútua, sincretizando-se tão facilmente que produziram a mestiçagem, tanto física quanto cultural; é desse momento histórico que derivam religiões ainda híbridas e atuantes, das quais o jaré, a pajelança, o catimbó, bastam como exemplos.

É somente neste ponto que entram as religiões de matriz africana: especialmente da região de Angola, de onde provinha a grande maioria dos africanos escravizados nestes primeiros tempos da Colônia, já que o grande fluxo do Golfo da Guiné ganha força, apenas, no último século da escravização.

O último ator deste quadro de sincretismos, e que deu, à crença anterior, a justificativa para sua aceitação pelos representantes do poder constituído, parece ter sido o espiritismo kardecista: é a partir dele que a umbanda adquire sta­tus de religião, pela concordância com a incorporação e a intervenção dos espíritos no mundo material; isto, porque o kardecismo explica, sob forma racional[[15]](#footnote-15) até, a comunicação entre espíritos e médiuns escolhidos: em outras palavras, a comuni­cação entre mortos e vivos, base de toda a crença anteriormente desenvolvida!

Portanto, se assim é, é com aval de origem europeia, desenvolvido no início do séc. XX, que a umbanda adquire statusde religião.

É a partir da manifestação espiritual, ocorrida em 15 de novembro de 1908 em Zélio Fernandino de Morais, considerado, a partir de então, o primeiro médium da umbanda brasileira, que deriva a umbanda em sua forma atual.

## Resumindo

Poder-se-ia, ainda, prolongar este texto, abordando, por exemplo, a capoeira e as associações culturais, dentre outros modos; porém, é de se temer o gigantismo do mesmo, aparentemente inadequado para o meio em que se apresenta.

Porém, é importante, aqui, verificar a análise do confronto cultural desenvolvido por Serge Gruzinski em **O pensamento mestiço**, que assim pode ser resumido: o embate entre culturas literalmente diferentes, produz manifestações novas, via de regra estranhas e grotescas ao olhar do analista; de fato: o cruzamento entre manifestações diversas assentadas em culturas díspares, tende a produzir coisas novas que, ao longo do tempo, naturalizam-se. Como quer Exu.

Porém, há que se perceber que a cultura não comporta a visão monolítica e harmônica que, via de regra, o analista lhe impõe; isso porque “cultura”, na verdade, é o amálgama de manifestações diversas, materializadas como feixes de tamanhos e dinâmicas desiguais; mas que convivem harmoniosamente, em determinado momento histórico, no espaço social analisado.

Cultura, enfim e de forma bastante resumida, pode ser entendida como as soluções que os grupos sociais conjuntamente desenvolvem para entender e conviver com o sagrado, seus pares, e a natureza; essa a razão pela qual, em determinado espaço e por algum tempo, as manifestações centram-se em alguns aspectos em detrimento de outros, que poderão até não ser compreendidos – o que pode causar repulsa no primeiro momento, embora seguida logo pela naturalização, tão bem captada por Gruzinski.

Assim sendo, há que se entender que a cultura é viva, dinâmica, constantemente sujeita à evolução histórica, à qual modifica, modificando, em retorno, a própria sociedade que, em consequência, deve readaptar-se aos novos modos; o que requer novas modificações. Exu que o diga!

Daí que não é possível admitir-se a voz comum da passividade negra frente ao processo escravista, o que, embora clamorosamente negado pelo matiz de nossa cultura atual, ainda vem apregoado por seus enfrentadores.

Porém, conforme palidamente pode ser visto aqui, o negro, tanto africano quanto escravodescendente, em nenhum momento se rendeu, apenas, à cultura que o escravizou: sempre procurou e encontrou formas de enfrentamento, pacífico ou não, insidiosos ou não, de tal forma que os termos “resistência” ou “tolerância” aplicados à movimentação cultural dos negros em terras do Novo Mundo, nada mais são que reducionismos inadequados.

Isto porque basta olhar para qualquer lado desta cultura atlanticotransposta para ver, acima e ao lado, uma figura negra que ri; mesmo que à socapa e disfarçadamente, é jocoso que expõe sua interpenetração insidiosa, que nenhuma belicidade eurocentrada foi, é, ou será capaz de impedir.

**Referências**

**Antonio bento** (abolicionista). Verbete. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Antônio\_Bento\_(abolicionista)>. Acesso em: 28 jun.­ 2007.

Barbosa, Wilson do Nascimento. Recorrência Afro-Religiosa e Nova Mística in **A capoeira dura e a religião afro-brasileira**, pp. 39-69.  Palestra no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Católica de São Paulo, 1996. Disponível em: < https://sites.google.com/site/dnbwilson/histriasocia >. Acesso em: 20 abr. 2007.

Bastide, Roger.**As religiões africanas no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

Freyre, Gilberto. **Casa grande e senzala***.* 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Gruzinski, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Lopes, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

**Movimento dos Caifazes**. Verbete. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\_dos\_Caifazes> >. Acesso em: 2 jul. 2007.

Moura, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989 (Princípios).

Munanga, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n.28, p. 56-63, dez./fev, 95-96.

\_\_\_\_\_\_; Gomes, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje***.* São Paulo: Global, 2006. (Coleção Para Entender).

Quintão, Antonia Aparecida. **Lá vem meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII). São Paulo: Anablume: Fapesp, 2002.

**Quintino de Lacerda**. Verbete. Disponível em: < http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos028.htm>­. Acesso em: 3 jul. 2007.

Ribeiro, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Santos, Marco Antonio dos. **A polêmica carta da Princesa Isabel***.* Disponível em: <<http://marconegro.blogspot.com.br/2006/05/polmica-carta-da-princesa-isabel.html>>. Acesso em: 2 ­jul. ­2007.

Silva, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural*.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Slenes, Robert W. **Na senzala, uma flor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Tollenare, L.F. **O eito e a senzala**. Disponível em: < http://www.jangadabrasil.com.br/maio45/of45050b.htm>. Acesso em: 23 jun. 2007.

**Zelio Fernandino de Morais**. Verbete. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Zélio\_Fernandino\_de\_Morais >. Acesso em: 25 jun. 2007.

\* Artigo bastante reduzido, a partir de excertos dos capítulos 1 e 2 da Parte 3 do livro “África: nossa história, nossa gente”, deste mesmo autor.

\*\* Mestrando em educação pela

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Coordenador da

Câmara de Preservação Cultural do

Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – Nucab

da Universidade de Sorocaba - Uniso

1. Disponível em: <www.jangada­brasil.com.br/ma­io­45/of4­5050b.htm>. Acesso em 23 jun. 2007. [↑](#footnote-ref-1)
2. Amigos, em tradução ampla e livre. [↑](#footnote-ref-2)
3. Via de regra os jagas, até por seu impressionante poderio guerreiro, eram vistos, por seus inimigos, como espíritos invencíveis; com isto em mente, parece inteligível a atração dos jovens das tribos vencidas por sua incorporação aos exércitos jaga; talvez se possa entender esta atitude por comparação às incorporações voluntárias às hostes, por exemplo, do ainda hoje lendário Virgulino Lampião. [↑](#footnote-ref-3)
4. Jabaquara, em tradução livre do tupi-guarani: *refúgio*, *esconderijo*; sobre Quintino de Lacerda e a história do quilombo, ver <[http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos028.htm>. Acesso em: 06.jun.2006](http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos028.htm.%20Acesso%20em%2006.jun.2006) [↑](#footnote-ref-4)
5. Ver, dentre outros, <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Antônio_Bento_(abolicionista)>>. Acesso em: 6 jun. 2006. [↑](#footnote-ref-5)
6. Sobre o tema, dentre outros, <pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\_dos\_Caifazes>. Acesso em: 7 jun. 2006. [↑](#footnote-ref-6)
7. Ver *A carta da Princesa Isabel ao Visconde de Santa Rita*, datada de 11.ago.1889. Disponível em: <<http://marconegro.blogspot.com.br/2006/05/polmica-carta-da-princesa-isabel.html>>. Acesso em: 2 jul. 2007. [↑](#footnote-ref-7)
8. Até porque a mordomia poderia acabar a qualquer momento: quebrar os dentes a marteladas, ou amputar um peito da mucama abusada, nunca foi atitude rara entre senhoras de engenho, movidas por ciúme. [↑](#footnote-ref-8)
9. Em tradução direta, “o parto segue o ventre”, ou seja: filhos de mulheres escravas, são escravos; se de mulheres livres, são livres. [↑](#footnote-ref-9)
10. 1935-37 (nota deste autor). [↑](#footnote-ref-10)
11. Incluindo-se, no termo, todos os mestiços: mulatos, de branco e negro; mamelucos, de branco e índio; cafuzos, de negro com índio. [↑](#footnote-ref-11)
12. Jogo de búzios, *opelê Ifá*, *obi*, *alcobaça* [↑](#footnote-ref-12)
13. Ver o verbete *Zélio Fernandino de Moraes*. Disponível em: <http:/pt.wikipedia.org/wiki/Zélio\_Fernandino\_de\_Morais>. Acesso em: 25 fev. 2006. [↑](#footnote-ref-13)
14. Pindó = a gigantesca palmeira que permitiu o salvamento de Tamandaré e sua família, flutuando sobre as águas do dilúvio, assim como o Monte Ararat salvou Noé e sua família. [↑](#footnote-ref-14)
15. Note-se que León Hippolyte Denizard Rivail – Allan Kardec – nasce em Lyon, França, em 03 de outubro de 1804, e falece em 31 de março de 1869; portanto, desenvolve toda a codificação kardecista sob influência do iluminismo francês. [↑](#footnote-ref-15)